



informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2008 - Ano 10 - nº 112 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

Vitória da mobilização e da maturidade

Depois de quase três anos de briga, que incluiu greves em diferentes órgãos e ministérios, mobilizações de rua e muitas, muitas horas de debate e negociação, os reajustes salariais de 800 mil servidores federais viram realidade.

Muitos servidores federais que buscaram em meados do mês de junho, a prévia dos seus contracheques com os novos salários, para pagamento no início de julho, confirmaram que o Ministério do Planejamento havia lançado os valores referentes aos reajustes garantidos a mais de 800 mil civis. Finalmente, o Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) disponibilizou os valores retroativos a 1º de março e 1º de maio. Dezesete categorias, entre elas a dos servidores das universidades federais, esperavam a implantação desses reajustes desde 14 de maio, quando foi publicada a medida provisória (MP) 431 no Diário Oficial da União. Com isso o acordo fica confirmado. A CUT e sua Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) estarão atentas a eventuais problemas detectados nas prévias dos contracheques. As entidades vão cobrar do Planejamento precisão para que nenhum servidor seja prejudicado no decorrer desse processo.

O Congresso Nacional aprovou a liberação de crédito extraordinário para o Ministério do Planejamento no valor de R\$ 7,56 bilhões para garantir o cumprimento dos acordos de reajustes feitos pelo governo. Além das dificuldades, idas-e-vindas e contradições dentro do próprio governo federal, os servidores representados pela CUT também enfrentaram campanha maciça da mídia e do empresariado contra o aumento dos investimentos na valorização dos servidores.

“É uma vitória e tanto. Em primeiro lugar, pelo fato de atender as reivindicações de grande parte dos servidores, melhorar o salário deles e ainda promover importantes mudanças na estrutura de cargos e salários”, afirma o presidente da CUT, Artur Henrique. “Há outro aspecto dessa vitória que diz respeito mais diretamente à história da Central Única dos Trabalhadores e à sua postura de autonomia e independência. Os fatos estão aí, pra quem quiser ver: mantivemos nossa postura de mobilização e enfrentamento, cobramos e pressionamos o governo, não demos trégua. Ao mesmo tempo, em lugar de repetir bordões vazios como algumas entidades que nos criticam, soubemos trabalhar para construir propostas, encontrar alternativas, varar madrugadas fazendo cálculos, encontrando caminhos para até mesmo colocar o governo contra as cordas. Maturidade e rebeldia, essa é a nossa fórmula. É um momento importante, este”, comemora.

Para a diretora executiva Lúcia Reis, presença constante nas negociações, este resultado é “a confirmação da vitória que anunciamos quando da assinatura dos acordos entre o governo e a CUT, a Condsef, a FASUBRA, a CNTSS, e o Proifes. Mais importante ainda é que é a afirmação de uma lógica da reconstrução da máquina pública. É a reversão da política a que vínhamos assistindo desde o início dos anos 1990”, afirma Lúcia. Para os diretores da ASUNIRIO, a vitória foi dos trabalhadores que não cederam um minuto até que fosse garantido o reajuste dos servidores. **Continua na página 08**



Processo sucessório da ASUNIRIO

Na Assembléia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 26 de junho de 2008, foi aprovado os nomes de Eroltides de Lima Mattos, David de Souza Borges e Paulo Roberto Pereira dos Santos para promover e organizar o Processo Sucessório da Direção e Conselho Fiscal da ASUNIRIO, Biênio 2008 a 2010.

Comunicado do DRH
Pág. 3

Precatórios judiciais. Solução já.
Pág. 5

Imposto de renda não deve incidir sobre abono de permanência
Pág. 3

Restituição da contribuição do IR sobre o 13º salário
Pág. 7

Relatório das ações da ASUNIRIO
Pág. 5

Congresso aprova projeto de reajuste do funcionalismo
Pág. 8



EDITORIAL

Sucessão da direção da ASUNIRIO. É chegada a hora!!!

Companheiros e Companheiras,

Dirigimos-nos a todos vocês chamando-os para uma grande reflexão, pois chegou a hora de mostrarmos nossa força. **Estamos entrando no processo de sucessão da direção da ASUNIRIO para o Biênio 2008-2010** e precisamos avaliar para onde queremos caminhar, pois, as responsabilidades dos associados vão, desde montar chapa para a direção bem como participar de todos os fóruns chamados pela ASUNIRIO. Dizemos isso porque os problemas que iremos enfrentar a nível nacional não serão fáceis. Quem de uma forma direta ou indireta tem acompanhado a conjuntura nacional percebe que o governo federal não vem facilitando nem facilitará a vida dos trabalhadores, principalmente dos servidores públicos. Somente a título de ilustração, hoje encontra-se no Congresso Nacional (CN) para deliberação, o Projeto de Lei (PL) nº 92/2005, que trata da implementação das Fundações Estatais de Direito Privado. Caso este PL seja aprovado pelo CN, teremos a contratação de pessoal através da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho dentro do serviço público. Inclusive nos hospitais universitários não haverá mais concursos públicos pelo Regime Jurídico Único dentro de mais de oito áreas do Serviço Público Federal. Os hospitais Universitários terão que arrecadar recursos próprios para sua manutenção e folha de pagamento.

Como se não bastasse, o governo federal está elaborando projeto de lei que visa reformular todo o cálculo de aposentadoria, modificando desde a idade até o tempo de serviço para aposentadoria - Uma nova reforma da previdência que teremos que lutar contra.

Muitos associados fazem a crítica, dizendo que a ASUNIRIO não faz nada. Infelizmente, esses companheiros não acompanham a luta dia-a-dia da ASUNIRIO. Na verdade eles deveriam entender que ASUNIRIO não é a diretoria e sim todos os trabalhadores associados agindo de forma orientada pelas assembleias. Mas, somos daqueles que acreditamos que se juntos estivermos para enfrentar todas as dificuldades que o governo federal nos impõe, com certeza, ficaremos mais fortes na luta do dia-a-dia.

Pensem, reflitam, pois a ASUNIRIO é nossa e devemos ter como princípio o fortalecimento da entidade, o que só conseguiremos com a participação de todos. Portanto, é chegada a hora, o processo já foi deflagrado e a Comissão do processo eleitoral também já foi eleita.

Participem da sucessão, seja com suas críticas construtivas, com suas chapas ou participando dos debates, mas vamos juntos construir um novo momento para os nossos trabalhadores.

Comissão de Educação aprova eleição para diretores de escolas públicas

Os diretores das escolas públicas de educação básica de todo o país deverão ser escolhidos por meio de eleições diretas, segundo estabelece o Projeto de Lei do Senado 344/07, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), aprovado no dia 01/07/2008 (terça-feira), em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Os diretores terão mandato de até dois anos, com direito a uma reeleição.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo elaborado pela relatora da proposta, senadora Fátima Cleide (PT-RO), acrescida de diversas alterações sugeridas por senadores durante o debate da matéria. A principal sugestão, feita pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) e encampada pela relatora, foi a exclusão da expressão "preferencialmente", que constava do inciso em que se determinava a realização das eleições diretas.

Segundo Fátima Cleide, a expressão havia sido incluída no texto para contemplar um pedido feito pelo governo de São Paulo, onde a escolha dos diretores de escolas seria feita por meio de concursos públicos - e não de eleições. Com o apoio de senadores como Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da comissão, Perillo argumentou que a manutenção da expressão "preferencialmente" acabaria abrindo caminho para que as eleições diretas não fossem realizadas em alguns estados.

Segundo o texto aprovado, os diretores serão escolhidos dentre profissionais de educação, com participação da comunidade escolar, constituída por professores, funcionários, estudantes e seus responsáveis. Os candidatos, ainda de acordo com o projeto, deverão receber, antes da eleição, cursos de capacitação em gestão educacional. Essa iniciativa recebeu o elogio dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Mão Santa (PMDB-PI). Os senadores Augusto Botelho (PT-RR), Marina Silva (PT-AC) e Papaléo Paes (PSDB-AP) demonstraram preocupação em relação a um possível conflito com o sistema vigente em São Paulo para a escolha dos diretores.

Balancete

O balancete do mês de julho será publicado na próxima edição, junto com a prestação de contas do primeiro semestre de 2008.

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva: Coordenação

Geral: Jorge Luiz Teles, Célio de Góis Serafim e Benedito Cunha Machado.

Coordenação de Educação: Maria Cristina Lima da Silva, Antonio Martins José e Antonio Luiz Mendonça Correira.

Coordenação de Administração e Finanças: Josué Garcia da Silva e Ernani Pedro Zimmermann de Oliveira

Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação: Julio César Correira

Lopes e Edivaldo de Assis.

Coordenação de Políticas Sociais, Culturais, Esporte e Lazer: Jorge Ubiratan da Silva Freire e Sheila Maria.

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho: Oscar.

Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão: Edna Maria da Silva Oliveira e Jerusa Ferreira Braga.

Suplentes: Edilân Fialho dos Santos e José Luiz Sabino Barbosa.

Conselho Fiscal: João Bosco (Arquivo Central), Henry Grivet (Cadastro) e Márcio Jaimovich (Financeiro/296). Suplentes:

Jean Choveike (Telefonista/296) e Gustavo (Protocolo Central).

ASUNIRIO: Av. Pasteur, 296/sala 607 Urca - RJ

Cep: 22290-240

Tel/Fax: (21) 2541-0924

Site: www.unirio.br/asunirio

Endereço eletrônico:

asunirio@ig.com.br

Horário de funcionamento: 10h as 16h

Tiragem: 2.000 exemplares.

Impressão: Editora Gráfica Tipológica Comunicação Integrada Ltda.

Fotos e Diagramação: Rafaela Pereira
Jornalista Responsável: Rafaela Pereira - MTB JP 23991 RJ
(rafaelajornalismo@yahoo.com.br)

O conteúdo deste informativo é responsabilidade da Diretoria Executiva da ASUNIRIO.

**Filiada a FASUBRA Sindical
(www.fasubra.com.br)**

Morreu a ex-primeira-dama Ruth Cardoso

A ex-primeira-dama Ruth Cardoso, de 77 anos, antropóloga e esposa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, morreu em casa, no início da noite do dia 24 de junho, após sofrer um infarto.

A ex-primeira-dama já havia enfrentado problemas cardíacos e estava internada para realização de vários exames, a pedido de seu cardiologista. No dia seguinte à internação, a assessoria de Dona Ruth informou que o cateterismo mostrou que não haveria necessidade de intervenção cirúrgica.

Ela já carregava no peito há algum tempo dois stents — próteses metálicas posicionadas no interior de artérias coronarianas obstruídas por placas de gordura para tentar normalizar o fluxo sanguíneo. O cateterismo foi necessário para avaliar a presença ou não de entupimentos em artérias e veias coronárias, pois foi diagnosticada angina — dor ou desconforto quando os músculos cardíacos não recebem sangue suficiente.

Biografia

Ruth Cardoso nasceu Araraquara, São Paulo, em 19 de setembro de 1930. Formada pela USP, assinou trabalhos sobre imigração, movimentos sociais e juventude. Ruth se exilou no Chile e na França durante a ditadura. Nos oito anos do governo FHC, ela se empenhou na ONG Comunidade Solidária, da qual continuou participando depois de 2002. A ONG mudou de nome para Comunitas.

Como docente e pesquisadora atuou na USP, Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso/Unesco), Universidade do Chile (Santiago do Chile), Maison des Sciences de L'Homme (Paris), Universidade de Berkeley (Califórnia) e Universidade de Columbia (Nova Iorque).

Durante o mandato de seu marido, Dona Ruth, longe de escândalos e marcada pela seriedade no período em que foi primeira-dama (1994-2002), fundou diversas ONGs com fins sociais, como o Comunitas, que combate a pobreza e a exclusão social, e a organização Alfabetização Solidária, que desenvolve ações contra o analfabetismo no País.

Entre seus cargos, presidiu o conselho assessor do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre Mulher e Desenvolvimento, foi membro da junta diretiva da UN Foundation e da Comissão da Organização Internacional do Trabalho sobre Dimensões Sociais da Globalização e da Comissão sobre a Globalização.

Ela tornou-se doutora em Antropologia pela USP em 1972. Depois fez pós-doutorado na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Tornou-se uma das principais referências sobre antropologia no Brasil e escreveu vários livros.



Imposto de Renda não deve incidir sobre o abono de permanência

O denominado Abono de Permanência, parcela criada para incentivar servidores a não optarem pela inatividade, não pode ser base de cálculo para o Imposto de Renda.

Ocorre que tal parcela (devida aos servidores que, preenchendo os requisitos para a aposentadoria, optam por continuar em atividade) apresenta nítido caráter indenizatório. Isso porque, muito antes de se tratar de retribuição ao trabalho prestado, configura-se como uma compensação à não fruição da aposentadoria, ou seja, à renúncia (ainda que temporária) ao direito de descanso constitucionalmente assegurado.

Dessa forma, e constatando-se tal natureza indenizatória, não há cabimento para a incidência de Imposto de Renda sobre a citada parcela, de modo a justificar-se ação pleiteando a declaração de inexistência de relação tributária quanto ao Abono de Permanência, bem como a repetição dos valores indevidamente descontados.

No que se refere às ações ajuizadas com o intuito acima referido pelo escritório Wagner Advogados Associados, já foram, inclusive, proferidas sentenças de total procedência, no âmbito do Juizado Especial Federal, em Santa Maria, RS.

Comunicado do DRH

O Departamento de Recursos Humanos da UNIRIO comunica a todos os servidores que estão abertas até 11/07/08 as inscrições para o curso de "Capacitação em Comunicação Empresarial-Relacionamento Interpessoal e Fluência Verbal Oral e Escrita (100 horas).

Período de Realização – 04.08.08 a 24.11.08
Dias da Semana – Segunda-feira e Quarta-feira

Horário / Turma A (HUGG) – 09:00 horas 12:00 horas

Local - Turma B – Reitoria – 14:00 horas / 17:00 horas

Nº de Vagas = 25 por turma

Local de Inscrição/Horário = HUGG – Divisão de Pessoal – 08:30/17:30

DRH/DRSDP (Sala 501) – 08:30/17:00

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431, DE 14 DE MAIO DE 2008

Veja com as modificações como fica o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos das Universidades

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
Seção III

Do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE

Art. 12. Os arts. 6º, 12 e 14 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, **passam a vigorar com a seguinte redação:**

“Art. 6º O Plano de Carreira está estruturado em cinco níveis de classificação, com quatro níveis de capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei.” (NR)

“Art. 12. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

.....” (NR)

“Art. 14. O vencimento básico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação está estruturado na forma do Anexo I-C desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

.....” (NR)

Art. 13. A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios decorrentes das alterações realizadas na Lei nº 11.091, de 2005, em virtude das alterações impostas pelos arts. 12 e 15 desta Medida Provisória.

Art. 14. Fica reaberto, até 14 de julho de 2008, o prazo de opção para integrar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091, de 2005, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIII.

§ 1º Às opções feitas no prazo de que trata o **caput**, aplicam-se as disposições da Lei nº 11.091, de 2005, inclusive no tocante a aposentados e pensionistas.

§ 2º As opções de que trata o **caput** produzirão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da assinatura do Termo de Opção, vedada qualquer retroatividade.

§ 3º O enquadramento do servidor será efetuado pela Comissão de Enquadramento a que se refere o art. 19 da Lei nº 11.091, de 2005, no prazo máximo de trinta dias após o término do prazo de opção a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 4º O prazo para exercer a opção referida no **caput** deste artigo, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até trinta dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção a partir da de 14 de maio de 2008.

§ 5º Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados na forma do § 2º deste artigo.

Art. 15. A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 10.

.....

§ 6º Para fins de aplicação do disposto no § 1º deste artigo aos servidores titulares de cargos de Nível de Classificação “E”, a conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo do servidor, em cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser considerada como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 7º A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.

§ 8º Os critérios básicos para a liberação a que se refere o § 7º serão estabelecidos em Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.” (NR)

“Art. 10-A. A partir de 1º de maio de 2008, o interstício para Progressão por Mérito Profissional na Carreira, de que trata o § 2º do art. 10, passa a ser de dezoito meses de efetivo exercício.

Parágrafo único. Na contagem do interstício necessário à Progressão por Mérito Profissional de que trata o **caput**, será aproveitado o tempo computado desde a última progressão.” (NR)

“Art. 13-A. Os servidores lotados nas Instituições Federais de Ensino integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação não farão jus à Vantagem Pecuniária Individual - VPI instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho 2003.” (NR)

“Art. 26-B. É vedada a aplicação do instituto da redistribuição aos cargos vagos ou ocupados, dos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino para outros órgãos e entidades da administração pública e dos Quadros de Pessoal destes órgãos e entidades para aquelas instituições.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às redistribuições de cargos entre Instituições Federais de Ensino.” (NR)

Art. 16. A Lei nº 11.091, de 2005, passa a vigorar acrescida do Anexo I-C, nos termos do Anexo XIV.

Art. 17. O Anexo IV da Lei nº 11.091, de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo XV.

Art. 175. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de maio de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Nelson Jobim

Paulo Bernardo Silva

Observação: Informamos aos nossos associados que caso alguém ainda não tenha tido a oportunidade de conhecer o Plano de carreira dos Servidores Técnico-Administrativos basta acessar site “google.com.br” e pesquisar a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005. Ressaltamos a modificação feita no Art. 12. Antes o servidor que não tivesse concluído os quatro anos de exercício não poderia dar entrada com requerimento pedindo o Incentivo a Qualificação, com o novo texto isto já é possível.

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Relatório das ações da ASUNIRIO

Mais uma vez a Coordenação Jurídica e de Relações do Trabalho divulga o andamento das ações judiciais.

Para saber o andamento destas e de outras ações, basta acessar o site www.jfrj.gov.br, clicar no link Consulta Processual e no campo Opções colocar o número do processo e teclar enter.

A Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho, através de Oscar, faz plantão **todas às quartas-feiras, das 10h às 16h**, na sede da ASUNIRIO.

AÇÃO DOS QUINTOS

AUTOR: ASUNIRIO

RÉU: UNIRIO

V.F.: 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro – Ação Ordinária

PEDIDO: Incorporação dos quintos até a MP nº 2.225-45/2001

PROC.: 2006.51.01.016977-5

RESUMO DO ANDAMENTO PROCESSUAL: Distribuição em 04.09.06. Junta do rol dos servidores substituídos/representados pela ASUNIRIO. Inexistência de prevenção. Citação da Ré. Réplica do Autor. Especificação de provas. Sentença improcedente em 04.07.07, condenando o Autor em custas e honorários no valor de R\$ 500,00. Embargos de Declaração negados. Interposta Apelação. Processo recebido na 8ª Turma Especializada do TRF. Despacho remetendo o processo à Diretora da Subsecretaria em 11.01.08. Autos conclusos ao desembargador desde 22.01.08 para despacho/decisão. Processo ainda sem julgamento pelo Tribunal Regional Federal.

ADEMIR DIAS LIMA, ANA CRISTINA RODRIGUES, ANGELO DA SILVEIRA FILHO, ARY D'AZEREDO FILHO, BENEDITO CUNHA MACHADO, CELESTE MARIA AMARAL SUED BARBOSA, CLARA WEILER, CRISTINA APARECIDA TANNURE CAVALCANTI, DAVID DE SOUZA BORGES, EDA RODRIGUES ESPINDOLA, ELIEZIAS CHAVES DA SILVA, ELIZABETH DA SILVA GUEDES, EROTILDES DE LIMA MATTOS, ISIS MENDES DE OLIVEIRA, JOSÉ CARLOS PASSARELLI, JOSÉ LUIZ GUIMARÃES DA SILVA, JOSUÉ GARCIA DA SILVA, KATE MARIA STEPHAN ADDUM, LUIS CARLOS MORENO DE ANDRADE, MARIA CRISTINA LIMA DA SILVA, MARIA DO ROSÁRIO ROCHA, MARIO PEREIRA DA SILVA FILHO, MILTON DA SILVA PINTO, NÚRIAMENDES SÁNCHEZ, OSCAR GOMES DA SILVA, PAULO EDISON COUTINHO MARQUES, PAULO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, RAIMUNDO CELESTINO SAMPAIO PINHEIRO, RITA CASSIA DE CARVALHO, SÔNIA TEREZINHA DE OLIVEIRA, VIRGINIA MARIA ALECRIM DA ROCHA PEREIRA

Ação dos 28,86%

Processo 97.0009403-0

Segundo o Dr. Leonardo, do Escritório Gomes de Mattos, não foi possível garantir a verba do precatório para o exercício de 2009. A informação não é nada boa para os servidores que receberão valores acima de 60 salários mínimos.

A impossibilidade se deu devido a lentidão dos andamento cartoriais.

Quanto aos servidores que receberão valores abaixo de 60 salários mínimos até o final do mês já teremos informações sobre o prazo de recebimento ainda este ano.

Precatórios judiciais Solução já!

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) vai liderar uma nova ofensiva contra a morosidade no pagamento dos precatórios. Com a participação de advogados, representantes da sociedade civil, entidades de classe e demais operadores do Direito, a Comissão de Defesa dos Credores Públicos realizará uma passeata, programada para o dia 9 de julho de 2008, que sairá da sede da Seccional em direção à Assembléia Legislativa, passando pelo Tribunal Justiça. A iniciativa foi sugerida por participantes do seminário "Precatórios Judiciais – Solução já!", promovido pela OAB no dia 9 de maio de 2008.

Segundo o Presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, a importância da mobilização é contra a demora no pagamento dos precatórios – problema que atinge, sobretudo, servidores e pensionistas. Damous disse que o debate foi oportuno devido à situação gerada pela inadimplência do estado em relação aos precatórios. O quadro apresentado é um verdadeiro calote sobre os cidadãos e precisa ser modificado.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, criticou a forma como os governos têm lidado com a questão, disse ainda que o interesse público não tem sido prioridade quando os precatórios são o assunto. Segundo Fux, é seria a situação, os governantes devem se conscientizar de que pagar os precatórios não é favor; é cumprir a lei.

Eduardo Gouvêa, que também é membro da Comissão homônima do Conselho Federal, disse que a dívida total da União, dos estados e municípios inadimplentes ultrapassa R\$ 100 bilhões. Deste montante o Rio de Janeiro é responsável por mais de R\$ 2,6 bilhões. Gouvêa informa que se o Governo do Estado, por exemplo, continuar a destinar apenas R\$ 10 milhões por mês, a dívida ultrapassará a casa dos R\$ 6 bilhões em 2010, o que será um claro indício de calote público. Eduardo lembra que os precatórios não existem em lugar nenhum no mundo.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, esteve reunido com vários senadores no dia 17 de junho na tentativa de convencê-los a votar contra o substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a sete propostas de emenda à Constituição (PEC) que alteram as regras para o pagamento dos precatórios em atraso.

Na opinião do representante da OAB, a proposta em votação estabelece um "calote" da dívida dos estados com o cidadão e cria ainda um mecanismo autoritário à disposição do governo, o que é, na avaliação de Cezar Britto, "inimaginável num governo democrático".

- A proposta permite pagamento em até trinta anos após o ajuizamento da ação e ainda concede um enorme poder autoritário aos prefeitos e governantes - explicou em entrevista à imprensa.

Como alternativa à matéria, a OAB sugere a criação de juizados de conciliação por meio dos quais as duas partes discutiriam os termos do pagamento da dívida perante a Justiça.

- A Justiça chama as duas partes e negocia os termos do pagamento com base numa negociação e não na imposição, como prevê a atual proposta - explicou Cezar Britto, para quem o texto em votação no Senado torna sem efeito as decisões tomadas pelo Poder Judiciário.

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

CE aprova criação de cargos para universidades e escolas técnicas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou no dia 17 de junho, parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 91/08, que cria 45.660 cargos efetivos de professor e técnico administrativo para atuar em instituições federais de educação profissional, tecnológica e superior. A proposta estabelece ainda a criação de 7.597 cargos em comissão e funções gratificadas para as mesmas instituições.

De autoria do Poder Executivo, o projeto tramita em regime de urgência no Congresso Nacional. Depois de ser aprovado pela Câmara, ele foi enviado ao Senado, para tramitação simultânea nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, seguirá para o Plenário.

No voto que apresentou à CE, o relator ad hoc do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), destacou a “fase difícil” enfrentada nos últimos tempos pelas universidades federais e pelos centros de educação profissional e tecnológica. Impedidas de “repor com regularidade seus recursos humanos”, recordou o senador, essas instituições viram-se na obrigação de limitar seu crescimento e reestruturar a oferta de cursos, cortando vagas ou sobrecarregando docentes e técnicos administrativos.

- Em boa hora, o governo federal mudou a política que restringia o crescimento da oferta de cursos profissionais e de graduação em nível superior, bem como a criação de novas escolas técnicas e universidades. O presente projeto viabiliza esta nova era para a educação profissional e superior federal - disse Paim

Cobrança de dívida na frente de colegas de trabalho enseja indenização por danos morais

A 6ª Turma do TRF da 1ª Região decidiu acolher pedido para majorar valor concedido, a título de indenização por danos morais, à correntista da Caixa Econômica Federal, devido a uma cobrança excessiva de encargos decorrentes de conta-corrente não encerrada no local de trabalho.

Na primeira instância, o juiz federal havia concedido o valor de 800 reais. O correntista, então, recorreu ao TRF, explicando que passou por situação vexatória ao ter sido cobrado na frente de seu chefe e de outra colega de trabalho, havendo, ainda, o agravante de ter sido cobrado por um valor excessivo. Argumentou, ainda, que se trata de uma instituição de poderio econômico vistoso, pedindo, assim, que o valor da indenização seja de 13.000 reais.

O relator convocado, juiz federal David Wilson de Abreu Pardo, condenou a CEF ao pagamento de indenização por danos morais no valor, baseado em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, de 3.000 reais, devido à situação de embaraço pela qual passou o correntista ao lhe ter sido cobrado um valor excessivo na frente de colegas de trabalho, mesmo tendo a instituição resolvido rapidamente a situação.

Portadora de doença mental garante aposentadoria por invalidez

A 1ª Turma do TRF da 1ª Região estabeleceu devida a aposentadoria por invalidez a segurada da previdência social portadora de doença mental irreversível. Esta deverá ser paga desde a cessação do auxílio-doença, anteriormente deferido.

Pede a autora que lhe seja concedido o benefício da aposentadoria assim que findada a última prestação do auxílio-doença a qual fazia jus.

Esclareceu o magistrado, o Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista, que não se questiona o surgimento da doença tendo em vista o auxílio-doença ter sido outrora concedido. Importa de pronto a questão se a incapacidade da autora é permanente para o trabalho, para que lhe seja garantido o direito à aposentadoria por invalidez. Esta foi comprovada mediante laudo pericial oficial, que a considerou como portadora de doença mental irreversível e epilepsia. Posto isso, segundo completou o magistrado, está comprovada a impossibilidade de reabilitação da segurada para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não restando, portanto, dúvida quanto ao direito da autora ao benefício pleiteado. (Apelação Cível 2007.01.99.034526-2/MG).

TCU orienta o congelamento das ações

O Ministério do Planejamento enviou mensagem a todos os Departamentos de Recursos Humanos das IFES determinando o cumprimento do Acórdão NR 2161/05 do Tribunal de Contas e orientações do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais (DENOP). A informação a princípio nos faz ver que trata de congelamento de algumas ações, tais como: 28,86%, 12 Referências, Periculosidade, Adicional noturno, entre outras. Desta forma, o aumento não incidirá sobre estes valores no contracheque.

A coordenação Jurídica da ASUNIRIO já enviou a documentação para o Escritório de Advocacia do Dr. Boechat para os procedimentos necessário, informa Oscar.

Restituição da contribuição do IR sobre o 13º salário

O Escritório de Advogado da ASUNIRIO, Coordenado pelo Dr. Boechat, informa que a petição que será encaminhada a UNIRIO para restituição da contribuição do Imposto de Renda dos anos de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997 estará pronta neste início do mês de julho. Segundo o Dr. Boechat a demora se dá devido os cuidados que devem ser tomados em virtude da complexidade da matéria.

Mulheres exigem menos camisinha

A pesquisa, que tem por objetivo mapear o comportamento afetivo-sexual do brasileiro de 10 capitais do País para que profissionais de saúde possam trabalhar com dados atualizados de sua região, questionou os entrevistados sobre o que é qualidade de vida para eles. E a resposta entre os sexos foi bem diferente. Para os homens, o sexo aparece em segundo lugar, atrás apenas de uma boa alimentação. Já as mulheres o deixaram na nona posição.

Um dado que preocupou os pesquisadores foi o referente ao uso de preservativo. As mulheres dispararam na frente dos homens no quesito falta de proteção na hora da transa: 42,6% das mulheres disseram não usar camisinha, contra 23% dos homens. “O receio de perder o companheiro faz com que elas não cobrem o uso da camisinha. O relacionamento fixo é confundido com exclusivo e é aí que está o risco. Ela acha que ele só transa com ela”, ressaltou Carmita Abdo, acrescentando que até o final do ano serão divulgados os dados das 10 capitais. Ontem, foram os do Rio e de Minas Gerais.

O estudo ‘A Face Global do Sexo’: Confiança Sexual’, que ouviu 26 mil pessoas em 26 países e foi divulgado no dia 1º de julho, revelou que os brasileiros estão em 1º lugar entre os que têm vida sexual plena, mas aparecem em 5º quando o assunto é prevenção.

Paranóia com o corpo atrapalha as transas

A vaidade feminina é tão grande que chega a atrapalhar 50,3% das cariocas durante o sexo. Esta é mais uma das descobertas da pesquisa Mosaico Brasil. No entanto, elas disfarçam bem, porque 62,8% dos homens nem percebem.

A preocupação com a aparência durante a transa é tão grande que 64,8% das cariocas entrevistadas disseram que a ‘paranóia’ se compara com o medo que o homem tem de falhar na ‘hora H’. Já 64% deles discordam. “O nosso fraco é a vaidade, o deles é a virilidade”, afirmou a jornalista Tatiane Grassi, 24 anos.

“É claro que essa preocupação toda atrapalha a relação porque acabamos não conseguindo relaxar. Pensamos o tempo todo em como está o cabelo, se as celulites estão aparecendo e tudo o mais. O jeito é criar truques para parecer maravilhosa”, contou a secretária Janine Ferrari, 25 anos, sem revelar sua estratégia.

Para ela, os homens são os responsáveis por essa neurose feminina porque passaram a cobrar que elas estejam sempre com os corpos esculturais.

No topo da confiança

Brasileiros estão em primeiro lugar entre os que têm vida sexual plena, mas em 5º na prevenção a doenças sexualmente transmissíveis

A vida sexual do brasileiro vai muito bem, obrigado. É o que mostra a pesquisa que ouviu 26 mil pessoas em 26 países. Segundo o estudo ‘A face global do sexo: confiança sexual’, promovida por um fabricante de preservativos, brasileiros são os mais confiantes em ter uma vida sexual satisfatória e feliz, conforme resposta de 80% dos pesquisados da nacionalidade. Os mexicanos vieram em segundo lugar, seguidos por nigerianos, espanhóis e sul-africanos. Na lanterna, ficou o Japão.

Em compensação, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking relativo à confiança em como evitar gravidez e quinto no que diz respeito à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Em ambos os casos, o primeiro lugar ficou com a África do Sul.

Prazer

A pesquisa revela que, ao contrário de outros países, o brasileiro sabe tirar prazer do sexo. Mas a confiança em ter uma vida sexual plena não quer dizer responsabilidade. Prova disso é que, em outros quesitos, ainda estamos longe do ideal. O brasileiro ainda pode ser um pouco mais responsável quando o assunto é sexo.

O Brasil ficou em primeiro lugar também em relação à segurança em buscar informações sobre sexo, com um índice de 80%, seguido por austríacos (78,1%), mexicanos (77,5%) e sul-africanos (77,4%). Em relação à principal fonte de educação sexual, o brasileiro parece seguir tendência mundial: a de ter amigos como referência (75%). Em seguida, vieram revistas (71,4%), livros e internet (51,9%) e escolas (49,3%). Os pais vêm em sexto lugar (33%), atrás até mesmo de programas de televisão (47,5%).

Ano passado, os brasileiros ocuparam o segundo lugar no ranking dos que fazem sexo com mais frequência no mundo. Segundo a pesquisa, também divulgada pelo fabricante de preservativos, brasileiros, com média de 145 relações por ano, ficaram atrás somente dos gregos, com 164 vezes.

Elas querem prazer. Já eles, carinho

As mulheres cariocas estão buscando cada vez mais prazer na cama, e os cariocas têm se tornado homens mais afetuosos. E o resultado dessa mudança comportamental se reflete na qualidade do sexo praticado na cidade. Essas conclusões constam da pesquisa sobre sexualidade Mosaico Brasil, divulgada ontem pelo Projeto Sexualidade (ProSex) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo e pelo laboratório Pfizer.

Dos 912 cariocas ouvidos, 61,4% dos homens e 53,4% das mulheres disseram separar sexo de afeto. Há alguns anos, homens faziam valer a má fama de ‘galinha’ e um número ainda maior distinguia as duas coisas. Já um percentual maior de mulheres, antes tidas como ‘certinhas’, agora admite dissociar amor e sexo, segundo Carmita Abdo, responsável pelo Mosaico Brasil e coordenadora do ProSex. “A mulher e o homem, inteligentemente, descobriram que precisam chegar a um consenso. Eles estão seguindo caminhos diferentes, mas na direção de um equilíbrio”, afirmou a pesquisadora.

Para a administradora de empresas Mariana Moreira, 35 anos, as mulheres conquistaram sua liberdade e estão correndo atrás da realização sexual. “A mulher não se deixa mais usar. Ela quer prazer. O homem já percebeu isso e para não perder a parceira, precisa tratá-la muito melhor e se preocupar em dar prazer, o que antigamente não acontecia”, disse Mariana.

Outro dado revelador, segundo Carmita Abdo, é o número de relações amorosas que marcaram a vida dos homens do Rio: quatro, em média — e não dezenas, como sugere a má fama —, enquanto as mulheres citaram duas, em média. “Isso mostra que as relações deixam marcas nos homens que não imaginávamos. Eles não viram a página simplesmente como pensávamos”, destacou Carmita.

Em um ponto, homem e mulher não divergem: sexo é fundamental para a harmonia do casal. Os cariocas classificam sua vida sexual como boa ou excelente. Em média, eles transam três vezes por semana, e em cada um dos encontros mantêm duas relações. No entanto, os homens dizem que gostariam de fazer sexo todos os dias e as mulheres, quatro vezes por semana.

Questionados se manteriam um relacionamento mesmo se o parceiro não pudesse mais fazer sexo, 45% dos homens disseram que não, e 37,5% das mulheres afirmaram que sim.

Continuação da matéria de capa

Vitória da mobilização e da maturidade

Mas as demandas não acabam - Continua, no Planejamento, a maratona de negociações para garantir o fechamento de acordos das categorias que terão reajustes publicados em uma segunda medida provisória que deve ir ao Congresso Nacional ainda este mês.

Outras matérias de interesse, em debate no Congresso, fazem parte da lista de prioridades da Condsef. Além de defender o direito de greve no setor, matéria em discussão na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, a entidade quer que o governo restabeleça a volta do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), direito garantido aos servidores antes da Reforma Administrativa.

Outra pauta importante está na defesa pela volta da ascensão funcional. A manutenção das negociações e a luta pela aprovação da convenção 151 que regulamenta a negociação coletiva, e 158 que veta a demissão involuntária, também estão entre as prioridades. A quebra da Paridade segue como um dos principais desafios impostos pelo governo aos servidores.

A Condsef e a CUT destacam ainda outras pendências como a necessidade da abertura de concursos em diversos órgãos para recomposição da força de trabalho no setor público. A definição de Diretrizes de Plano de Carreira e abertura de um canal de debates para melhorar os auxílios-alimentação, creche e planos de saúde também fazem parte da pauta de reivindicações que a entidade vai continuar cobrando a partir do 2º semestre.

Unidade continua fundamental - Apesar de considerar avanços recentes, a Condsef reconhece que as condições ideais de trabalho ainda estão longe de ser realidade. Mas para a entidade, é possível acumular novas conquistas desde que os servidores estejam unidos e atentos para denunciar ataques a direitos, falta de infra-estrutura, desigualdades salariais e todos os problemas que ainda prejudicam a categoria e impendem que o Brasil tenha um serviço público de qualidade. "Apoiada pela CUT, a Condsef vai continuar como um dos principais agentes na luta em defesa de melhores condições para nossa base e qualidade de atendimento para a população", defendeu o secretário-geral Josemilton Costa

A Conferência de Revisão de Durban acontecerá em 2009, em Genebra, Suíça. Vão ser avaliados os progressos obtidos na implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban, além de identificadas e compartilhadas boas práticas no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a manifestações de intolerância.

Congresso aprova projeto de reajuste do funcionalismo

O Congresso Nacional aprovou no dia 19 de junho dois projetos de lei do Poder Executivo sobre despesas com pessoal para viabilizar os aumentos recém-concedidos pelo governo federal por meio de medidas provisórias.

O reajuste representa um gasto de R\$ 7, 56 bilhões neste ano e deve beneficiar quase 800 mil servidores ativos, civis e militares, além de aposentados e pensionistas. Os projetos seguirão à sanção presidencial.

O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 4/08 amplia os limites de despesa com pessoal previstos no Orçamento de 2008 de R\$ 3, 55 bilhões para R\$ 11, 11 bilhões; e nos anos posteriores de R\$ 7, 4 bilhões para R\$ 19, 7 bilhões.

Esses limites constam na lei orçamentária e precisaram ser mudados para viabilizar o aumento de salário de diversas carreiras civis e dos militares, constante da Medida Provisória 431/08, que ainda deve ser votada pela Câmara e pelo Senado.

O segundo projeto aprovado pelos congressistas é de crédito suplementar exatamente para pagar esses aumentos, cujas datas de vigência variam ao longo do ano de 2008. O PLN 5/08 usa recursos do superávit financeiro de 2007 para conceder crédito total de R\$ 7, 56 bilhões.

João Pedro Stédile: Sociedade desigual

Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Jornal o Dia – 25/06/08.

O Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas (Ipea) apresentou importante estudo sobre a distribuição de renda no Brasil, com dados atualizados até 2007. Honra e mérito ao seu presidente, economista Marcio Pochmann, um especialista no tema. Mas a imprensa, ao divulgar, fez verso e prosa para dizer que a desigualdade social no Brasil estava diminuindo. Ledo engano. Afinal, como aprendi na faculdade, nós, economistas, somos especialistas em manipular estatísticas.

Vejam o que mudou. Em 2003, o rendimento médio dos 10% que ganham salários mais altos era de R\$ 4.620. Passou para R\$ 4.850 em 2007. Os 10% de trabalhadores que ganhavam menos passaram de R\$ 169 para R\$ 206, em média, por mês, em 2007. A desigualdade entre os assalariados, de fato caiu, de 27,3 vezes entre os mais bem pagos e os mais mal pagos, para 23, 5 vezes. Mas ainda é uma vergonha.

Não é isso, no entanto, que mede a desigualdade social e a renda. Isso mede apenas entre os que ganham salários. Mas não inclui a renda de lucro, juros, aluguéis, rendimento de ações, royalties, etc. A verdadeira distribuição de renda na sociedade se mede pela comparação de toda a riqueza produzida num ano: o PIB. E como ela é distribuída.

Na década de 60, o trabalho ficava com 50% do que se produzia, e 50% ia para o capital. Em 2003, o trabalho ficou com apenas 39,8 % e o capital, com 60,2%. Em 2007, o trabalho ficou com 39,1% e o capital subiu para 60,9% de tudo o que se produziu no Brasil. E do jeito que os bancos e as empresas transnacionais andam ganhando dinheiro, certamente, vamos chegar a 2010 com diferença maior.

Lamentavelmente, sai governo, entra governo e o Brasil continua sendo a sociedade mais injusta do planeta.